

Resenha

Lacerda, Felipe Castilho de. *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2019.

ISBN 9788574808161

Recepção e apropriação do marxismo no Brasil: Octávio Brandão e o projeto editorial comunista na década de 1920

Luccas Eduardo Maldonado*

Renan Somogyi Rodrigues da Silva**

A história do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹ é estudada sistematicamente desde a década de 1960 quando surgiu o livro *O Ano Vermelho* (Andrade; Melo; Moniz Bandeira, 1967). Distintas linhagens de investigação construíram-se a partir desse momento: algumas originadas de dentro da universidade, como a História Social do Trabalho e a Sociologia do Trabalho; outras de fora, desenvolvidas por militantes, jornalistas ou companheiros de rota.² Estabeleceu-se assim uma vasta bibliografia dedicada a um campo de estudo que até hoje resulta em novas obras.

Um novo trabalho sobre o PCB apareceu em 2019: *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil* de Felipe Castilho de Lacerda (2019). O livro, derivado de uma dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), mostra-se interessante devido à sua capacidade em dialogar criticamente com uma parte da bibliografia especializada. Mais precisamente, tal obra questiona a imagem pejorativa de Octávio Brandão, um dos primeiros membros do PCB, cristalizada por um estudo paradigmático anterior, e se aprofunda na investigação da trajetória dessa personagem.

Em 1988, o militante comunista Leandro Konder lançou um livro, intitulado *A derrota da dialética*, que explorava a recepção das ideias de Karl Marx no Brasil.³ Nessa empreitada, investigou entre outras coisas a fundação do PCB, destacando alguns dos seus primeiros atores, entre eles Brandão, personagem que Konder esboçou com diversas características pejorativas. O movimento não foi inesperado: três anos antes Konder, então como colunista do jornal *Folha de São Paulo*, publicara um texto sobre a vida

* Doutorando em História pela Universidade de Campinas.

** Mestrando em História pela Universidade de São Paulo.

¹ O Partido Comunista do Brasil mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro na transição da década de 1950 para 1960. Optou-se nesse texto pela segunda denominação independentemente do período histórico.

² Para uma análise dessas linhagens, cf. Batalha (1998).

³ Sobre a trajetória de Leandro Konder, cf., Castro; Maldonado.

e a obra de Brandão, taxando-lhe de “louco”, além de outros impropérios, e projetando sua militância como algo pouco significativo para a história do partido.⁴ O trabalho de Lacerda buscou questionar essa imagem, destacando a sua atuação para a construção partidária e trazendo distintas nuances da personagem, embora não tenha sido o primeiro a fazer isso.

A investigação não se trata de uma biografia de Octávio Brandão, mas de “uma história da primeira recepção do marxismo no Brasil por meio de uma história intelectual e editorial do comunismo brasileiro nos anos 1920, com a obra de Octávio Brandão como objeto central” (Lacerda, 2019, p. 19). Em outras palavras, Lacerda estabelece uma filiação clara no exercício do seu *métier*. Coloca-se como um aplicador da história intelectual na linhagem do historiador argentino Horacio Tarcus (2007), posição que explora a atividade intelectual para além dos seus grandes autores e obras, destacando amplamente a sua circulação e consequentemente os diversos materiais escritos.⁵

Trata-se de uma expressão do chamado “giro material” que a história intelectual manifesta desde os anos 1980 e ganhou força no Brasil nas duas últimas décadas. Algumas linhagens dessa tradição de pesquisa vêm procurando investigar os fenômenos intelectuais a partir de um prisma que não foque somente nas “ideias” de um determinado autor, mas considere também diversos aspectos do contexto que constituíram a sua produção. A abordagem rompe com a dimensão abstrata que muitas vezes se manifesta nos estudos sobre os intelectuais, falando de maneira genérica sobre as ideias e os livros, como se quase flutuassem intangíveis em um espaço abstrato (Saferstein, 2013).

Tal tipo de investigação, no nível da designação dos fenômenos abordados, não é original no contexto brasileiro. Na realidade, Lacerda reivindica uma tradição de estudos que encontra nos escritos de Edgard Carone dos anos 1980 uma espécie de primeira expressão, havendo inclusive filiações institucionais diretas que conectam essa personagem ao jovem pesquisador: ambos estudaram na mesma instituição e a orientadora de Lacerda foi orientada por Carone.⁶

A questão para a utilização da obra de Tarcus está fundamentalmente ligada à ausência de referencial teórico-metodológico nacional para enfrentar o “giro material”. Não há um escrito, entre vários autores que já exploraram tal temática, que ofereça balizas conceituais para desdobrar a problemática do livro na realidade brasileira. As diversas investigações que tangem o assunto manejam em geral o material teórico europeu – que possui no mínimo duas grandes tradições de estudo na área: uma derivada dos *Annales*, sendo atualmente Roger Chartier o seu expoente mais conhecido, e outra originária dos historiadores europeus do marxismo, entre os quais os estudos de Eric J. Hobsbawm e Bert Andréas se destacam. Uma parte dos estudos brasileiros mais recentes utilizam Tarcus devido à sua preocupação em estudar o processo internacional de circulação de ideias entre Europa e Argentina. Tais abordagens resultaram em um

⁴ O texto foi originalmente publicado na *Folha de São Paulo* em 1985. Ganharia uma versão em livro em 1991 (Konder, 1991, p. 19-25).

⁵ Há uma versão traduzida para o português do capítulo teórico-metodológico da obra citada (Tarcus, 2018).

⁶ A coletânea *Leituras marxistas e outros estudos* (Deaecto; Secco, 2004) reúne os textos sobre história da edição de Edgard Carone.

acervo de categorias que, além de ter sido sistematizado pelo autor, é significativamente funcional para a realidade brasileira por causa de diversas semelhanças históricas e sociais no processo de recepção do marxismo.⁷

Essa maneira de se trabalhar a história intelectual fez Lacerda selecionar um conjunto de fontes que ia além dos livros mais representativos de um determinado momento histórico. Nesse processo, a fonte livro equivaleu-se diante de outros materiais escritos como revistas, jornais, panfletos etc. Um amplo conteúdo de documentos textuais de variados formatos emergiu como foco analítico. Para consegui-las, utilizou principalmente o conteúdo de dois dos importantes arquivos brasileiros para a história operária: Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), sediado na Universidade de Campinas (UNICAMP) e onde está disponível para pesquisa o arquivo de Octávio Brandão, e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP). Também manejou os acervos da Internacional Comunista, da Biblioteca Edgard Carone e do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDIInCI).

A obra com aproximadamente 200 páginas é organizada em quatro capítulos, além de uma breve “Introdução” (p. 17-25) na qual se expõe sinteticamente os objetivos e a fundamentação teórico-metodológica. O primeiro, “O livro e a política: edições comunistas no Brasil” (p. 27-97), é voltado a estudar a conjuntura inicial do projeto editorial dos comunistas brasileiros. Na prática, o texto especializa o conteúdo de um dos capítulos de um trabalho que investiga a história editorial do livro de esquerda brasileiro ao longo do século XX, *A Batalha dos Livros* de Lincoln Secco (2017). Mais precisamente, tal passagem apresenta a montagem da hegemonia das publicações comunistas na esquerda brasileira da fundação do PCB ao fim do Estado Novo. Contempla-se, assim, aproximadamente 20 anos ou, em outros termos, da produção fragmentária e amadora dos anos iniciais à construção da estrutura editorial do partido na década de 1940. Lacerda restringe ainda mais esse recorte, circunscrevendo exclusivamente a década de 1920. Além de delimitar, também identifica dois momentos nesse campo a partir de critérios qualitativos: o primeiro é entre 1922 e 1925 e encerra a elaboração das primeiras iniciativas editoriais; o segundo é entre 1925 e 1929 e se caracteriza pela repressão estatal a tais movimentos.

Sobre o primeiro intervalo, expõe-se a disputa do recém-criado movimento comunista com o anarquismo. Trata-se da busca por parte desses grupos de construir a hegemonia ideológica entre os operários. As publicações eram discussões teóricas e programáticas, além de propagandas. No segundo, a seção brasileira da Internacional Comunista estava em constante ameaça repressiva, já que um Estado de sítio fora decretado por Arthur Bernardes, sendo os opositores do regime perseguidos. Devido tal conjuntura, o PCB aproximou-se de partidos, editoras e livrarias de distintas posições ideológicas para conseguir constituir suas publicações, demonstrando particularidades estratégicas desse período. As características de cada momento também influenciaram as mudanças na política editorial da legenda, nas formas dos próprios textos. No primeiro ínterim, devido à necessidade de se disputar a hegemonia entre os trabalhadores,

⁷ Em geral, é citado o primeiro capítulo do já mencionado *Marx en la Argentina*. No entanto, há um artigo no qual Tarcus (2016) esboça claramente a necessidade de um programa de estudo da recepção dos marxismos latino-americanos.

produziram-se livros que exaltavam a Revolução Russa e debatiam as formas de organização do movimento. No segundo, a conjuntura política mais restrita e a maior presença das ideias comunistas fizeram os organizadores se voltarem mais intensamente para as demandas do seu tempo presente, estimulando a ação dos militantes.

O segundo capítulo, “Lede e fazei ler: a formação militante” (p. 99-121), está profundamente conectado com a primeira parte da obra. Se antes Lacerda constituía um estudo sobre os textos postos em circulação pelos comunistas nos anos 1920, posteriormente se voltou para aqueles que os consumiam. Em suma, o pesquisador estabelece uma relação complementar de estudo entre “escritos” e “leituras” – ou nos termos da base metodológica de Tarcus, entre o “momento da recepção” e o “da apropriação”. Deslinda, assim, quais grupos consumiam o material editado pelo PCB.

O pesquisador identifica dois estratos de leitores. O primeiro era composto por estudantes, intelectuais e trabalhadores intelectualizados, sendo um conjunto mais familiarizado com as particularidades da leitura. O segundo por “operários não propriamente intelectualizados”, ou seja, a massa de proletários que estava no limite do acesso ao que Antonio Candido (2013) definiu como “o direito à literatura”. Era também o grupo por excelência visado pelo PCB como leitor final de seus materiais. Em outras palavras, ou eram analfabetos, tendo que acessar os textos por meios indiretos como a leitura oral coletiva, ou eram fracamente letrados, tendo grande dificuldade com a forma de expressão escrita.

É uma pena que Lacerda não tenha conseguido se aprofundar nas distinções dos grupos sociais em seu estudo, utilizando um grande corte de classe. É perceptível uma influência, mesmo que incompleta, da proposta investigativa de Roger Chartier, posta em *A ordem dos livros*, embora tal título não seja citado pelo autor. Provavelmente a ingerência ocorreu de maneira indireta, por meio do acesso de autores que recorreram ao acervo conceitual desse intelectual – ainda que haja uma epígrafe do autor francês mencionada e não aprofundada – ou por meio de distintas bibliografias que exploram os mesmos fenômenos por meio de vieses distintos. Nesse título, Chartier (1999, p. 15) diferencia “escrito” de “leitura” e, na sequência, propõe um campo de estudo que investigue a circulação e leitura a partir de grupos que compartilham textos. O recorte, portanto, deve ser realizado identificando-se clivagens culturais e não se atribuindo um “recorte social prévio”. Mobilizar conceitos que discriminem estratos identificando suas características intrínsecas mostra-se mais rico analiticamente do que oferecer características prévias.

Uma pergunta mais adequada para questionar a documentação de Lacerda talvez fosse: quais grupos sociais optaram por se dedicar a realizar a leitura do material editado pelo PCB? Obviamente que eram em sua maioria operários, no entanto na realidade era um estrato mais específico desse conjunto mais amplo. Para usar os termos do livro de Lincoln Secco, que não se desprende da tradição marxista e influenciou significativamente o trabalho de Lacerda, poder-se-ia interrogar, em um viés gramsciano, quais desses foram cooptados pela hegemonia comunista da edição marxista dos anos 1920?

A categoria de *agitprop*, desenvolvida nesse capítulo para designar diversas características da propaganda e divulgação textual dos comunistas, é rica e circunscreve o processo editorial dos marxistas. No entanto, diz mais a respeito da “escrita” ou “recepção” do que da “leitura” ou “apropriação” de tais textos, alocando-se assim melhor

no primeiro capítulo – o que na prática estabeleceria um desequilíbrio de fôlego analítico ainda mais significativo entre as partes, uma vez que o primeiro possui muito mais conteúdo diante do que tem o segundo capítulo. Em outros termos, contempla-se melhor as estratégias dos produtores textuais em atrair o seu público, ainda que estejam atentos e se adaptando às reações daqueles, do que da comunidade que consome tais textos.

O terceiro capítulo, “Visões do Brasil: Itinerário Intelectual de Octávio Brandão” (p. 123-181), mantém a preocupação com a história editorial, contudo alterna seu foco para a trajetória de Octávio Brandão. Até então, tal personagem apareceu tangencialmente, sendo mencionado como um dos agentes fundamentais da editoração de esquerda. O militante será posto em primeiro plano e, ao se estudar a sua existência ao longo da década de 1920, pretender-se-á revelar mais do que um ator envolvido no projeto editorial comunista.

No século passado, distintos trabalhos exploraram a biografia de Brandão dentro do PCB, alguns oferecendo maior protagonismo e outros desconsiderando sua presença. O livro de José Antonio Segatto (1989) não chega nem mesmo a citá-lo, enquanto que o de John Foster Dulles (1980) o trata extensivamente, para mencionar dois exemplos contrastantes. No entanto, tais títulos alocavam-no dentro de um processo mais amplo que é a história do PCB. O texto de Konder (1991, p. 19-25) publicado na *Folha de São Paulo* foi um dos primeiros a se concentrar especificamente na sua trajetória, porém entre outras coisas contava com diversas limitações. Na prática, realiza alguns comentários a respeito das memórias recém publicadas de Brandão e expunha nuances de uma biografia, não citando todos os seus livros, não elencando os periódicos nos quais trabalhou etc. Era uma primeira aproximação nivelada por certa antipatia. Em grande medida, derivada da afeição que Konder cultivava por Astrojildo Pereira. Ao longo de sua vida, Brandão repetidamente criticou tal personagem, chegando a redigir um livro para desvalorizar a produção de Machado de Assis, *O niilista Machado de Assis* (Brandão, 1958), personalidade literária profundamente estimada por Pereira.

A publicação das memórias de Brandão (1978), a ida de seu arquivo para a UNICAMP com a sua conseguinte disponibilização e alguns outros motivos ligados a um conjunto de transformações nas orientações da historiografia e das ciências sociais trouxeram a possibilidade de um estudo mais focado e qualitativo de sua trajetória. A partir do início do século XXI, apareceram alguns textos que se concentraram mais atentamente em Brandão, considerando mais nuances de sua biografia (Del Roio, 2004; Bianchi, 2012; Moraes, 2014). A republicação de *Agrarismo e Industrialismo* em 2006 (Brandão, 2006 [1926]), quando se completava 110 anos do nascimento do autor e 80 anos da publicação original, surgiu na esteira desse aumento de interesse.

O trabalho de Lacerda articula-se nesse processo e o terceiro capítulo é o que melhor sintetiza tal movimento. A passagem dedica-se a realizar uma síntese de uma parte da trajetória de Octávio Brandão, explorando da sua formação em Recife à atuação destacada na primeira década de existência do PCB. Diversos estudos anteriores tenderam a explorar as influências intelectuais de Brandão e o seu local no debate comunista dos anos 1920. Lacerda não vai na contramão dessa tendência, busca reconhecer as características anarquistas, geralmente mais destacadas por outros estudos, e também outras, como positivistas e naturalistas, do seu pensamento que tencionava se

apresentar como marxista. O ponto forte no trabalho de Lacerda é a busca dessas matrizes intelectuais em uma gama de textos frequentemente pouco explorada. Extrapola o lugar comum de *Agrarismo e Industrialismo* e busca pontos cegos, por exemplo no esquecido *Canais e Lagoas*, primeiro livro de Brandão (1919) de clara influência positivista.

Todavia, se o pesquisador tem o mérito de mapear melhor o conjunto de textos produzidos pelo veterano comunista, pode-se destacar, por outro lado, as limitações analíticas de sua pesquisa. Oferece pouco no que se refere ao aprofundamento intelectual de Brandão em suas intertextualidades. Carência muitas vezes frequente na história intelectual, destaca-se exacerbadamente o contexto a despeito do texto. Maneja-se assim algumas consignas generalistas, como o positivismo, em vez de buscar filiações mais precisas – o problema não é o conceito simplificador, no entanto o ato de se limitar a ele. Por exemplo, existe uma profunda tradição de autores positivistas em Pernambuco, a chamada Escola de Recife, que não é explorada. Não existiriam influências diretas e indiretas de Tobias Barreto ou Sílvio Romero na formação do farmacêutico pernambucano Octávio Brandão? Tal pergunta nem sequer foi levantada para ser refutada e mesmo sua ausência em um prisma contextualista se mostraria relevante.

O quarto e último capítulo, “Matrizes Intelectuais: O Processo de Difusão do Marxismo” (p. 183-191), coloca-se como uma breve apresentação das bases conceituais que fundamentaram a composição do estudo. Tal movimento visa clarificar os interlocutores teóricos imediatos do autor, além de expor mais diretamente as interpretações constituídas sobre a trajetória de Octávio Brandão. As limitações do capítulo, no qual nada se desenvolve com razoável fôlego, demonstram uma redação quase desnecessária naquele espaço. Melhor seria separá-lo em duas metades. Delimitar a parte teórico-metodológica, na qual se expõe os fundamentos da história intelectual assumidos, e dispor na “Introdução” do livro, apresentando ao leitor de maneira mais aprofundada e imediata qual acervo conceitual e perguntas serviram para desenvolver a pesquisa. As conclusões sobre o itinerário de Brandão estão bem-postas no final, porém fariam mais sentido não como capítulo, mas como uma ponderação final claramente enunciada.

A concluir, *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil* cumpre em grande medida os objetivos enunciados: constitui uma história de edição de esquerda em um período específico da existência do PCB e esboça um trecho da trajetória de Octávio Brandão. O estudo, apesar de contar com algumas limitações no âmbito analítico, possui mais méritos do que lacunas. Constará na bibliografia especializada nos campos em que se insere.

Referências

- ANDRADE, Aristélio Travassos de; MELO, Clóvis; MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Ano Vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2° ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-182.
- BIANCHI, Alvaro. Octavio Brandão e o confisco da memória: nota à margem da história do comunismo brasileiro. *Crítica Marxista*, n. 34, p. 133-149, 2012.
- BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- _____. *Agrarismo e Industrialismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006 [1926].
- _____. *Canais e Lagoas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1919.
- _____. *O nihilista Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2013, p. 171-193.
- CASTRO, João Victor Lourenço de; MALDONADO, Luccas Eduardo. Konder, Leandro, Dicionário biográfico de las izquierdas latinoamericanas. Disponível em <http://diccionario.cedinci.org>. <Acessado em 25 de julho de 2022>
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. 2.° ed. Brasília: UnB, 1999.
- DEAECTO, Marisa Midori; SECCO, Lincoln (org.). *Leituras marxistas e outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004.
- DEL ROIO, Marcos. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. *Crítica marxista*, n. 18, p. 115-132, 2004.
- DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 1930*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. Octávio Brandão (1896-1980). In: KONDER, Leandro. *Intelectuais Brasileiros & Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.
- LACERDA, Felipe Castilho de. *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil*. Cotia: Ateliê, 2019.
- MORAES, João Quartim de. Octávio Brandão. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 13-25.
- SAFERSTEIN, Ezequiel. Entre los estudios sobre el libro y la edición. El “giro material” en la historia intelectual y la sociología. *Información, cultura y sociedad*, n. 29., 2013, p. 139-166.
- SECCO, Lincoln. *A Batalha dos Livros: formação da Esquerda no Brasil*. Cotia: Ateliê, 2017.
- SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- TARCUS, Horacio. *Marx en la Argentina. Sus Primeros Lectores Obreros, Intelectuales y Científicos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- TARCUS, Horacio. Para un programa de estudios sobre los marxismos latinoamericanos. *Memoria*, n. 257, México D. F., Cemos, 2016, p. 62-73.

_____. A história intelectual e a problemática da recepção: A propósito da recepção argentina de Marx. *Revista Outubro*, n. 30, maio de 2018, p. 3-56.

Recebido em 15 de outubro de 2020

Aprovado em 25 de abril de 2022